

O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XX¹

Silvio Simione da Silva

Doutorando em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Professor Assistente do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Acre.

Correio eletrônico: ssimione@terra.com.br

Resumo: Neste artigo apresentamos sucintamente resultados da pesquisa que desenvolvemos no período de 1997 a 1999, sobre a recente expansão da fronteira agropecuária no Acre. Aí, analisamos as transformações agrárias ocorridas desde o início da década 1970 até o final dos anos 1990, e suas implicações na dinâmica conflituosa gerada no contexto da reprodução do espaço acreano.

Palavras-chave: Questão agrária, Amazônia, Fronteira agropecuária, Conflitos, Reprodução do espaço.

Agrarian Space in Acre at the End of the Twentieth Century

Abstract: The article reports the results of field research conducted from 1997 to 1999 on the expansion of the agricultural frontier in the Amazonian state of Acre, Brazil. Since the 1970s, both cattle ranching and farming expanded significantly in the region, occupying ever larger areas and generating significant conflicts. The article examines the social dynamics of reproducing agricultural space there until the late 1990s.

Key words: Agrarian Question, Amazonia, Agricultural Frontier, Conflicts, Spatial Reproduction.

A Expansão da Fronteira Agropecuária e Mudanças Socioeconômicas Contextualização da Formação Socioespacial da Fronteira Acreana

A formação da fronteira econômica acreana se deu no contexto da expansão da frente pioneira extrativista da borracha do final do século XIX. Esta frente propiciou condições para a ocupação econômica e populacional, em terras brasileiras e não brasileiras na Amazônia. Com isto, tornou este território habitado por migrantes brasileiro, um dos espaços produtivos mais expressivos economicamente na região amazônica. O Acre, então, firmava-se como a maior reserva natural de borracha do mundo, em exploração.

REVISTA NERA	PRES. PRUDENTE	ANO 7, N. 4	P. 42-49	JAN./JUL. 2004
--------------	----------------	-------------	----------	----------------

¹ - Este artigo, trata das transformações no campo acreano nas últimas décadas, a partir da pesquisa que nos rendeu a Dissertação de mestrado em Geografia - "A fronteira agropecuária acreana" - defendida junto a FCT/UNESP, em 1999, pelo PICDT/CAPES - UFAC.

Nisto, teve-se a formação econômica e sociocultural do território e do trabalhador acreano. É na floresta, na colocação que se tem à definição de um “homem amazônico-acreano”, de um trabalhador familiar – um camponês que se cria nas condições socioambientais específicas em que está inserido. Traduziu-se assim, numa identidade social que se divergia do que lhes foram “propostos” e impostos no processo de rearticulação social, econômica, política da nova frente capitalista que toma o território estadual a partir de 1970. Isto ficava comprovado, na forma em que esta articulação da formação econômica e social local apresentar-se-á perante as rearticulações capitalistas recentes no território acreano, como uma frente pioneira extrativista decadente. Contudo, apesar da decadência da borracha, o Acre teve aí consumado sua formação socioespacial, socioeconômica e sociocultural e, até mesmo territorial.

A fronteira agropecuária, mais recentemente, configura-se numa frente pioneira que “propõem” novas formas e condições de trabalho e produção, readequando-se aos novos momentos do capitalismo na sua territorialização em nível nacional. Impôs transformações tanto no caráter de produção, como sociocultural e socioeconômico. Por “propor” novas formas de produção e de trabalho, numa visão do “novo” quebra com o arranjo espacial da fase da extrativista, no campo e na cidade. Nisto reside às raízes e abrangências dos conflitos produzidos.

O território acreano se apresentará na frente pioneira agropecuária, quase com a inexistência de terras devolutas e já constituídas, na maioria, em propriedades privadas. Por consequência, toda a ação oficial para o assentamento de colonos se deu por via de indenizações à iniciativa privada.

A política de transferência da propriedade de terra e a de colonização ganhava importância oficial do governo estadual. Isto, pois dado à falência dos seringais, o governo lança mão de propaganda em nível nacional, visando atrair investidores externos. Esses argumentos oficiais difundiam tais mudanças como um rompimento da situação de estagnação econômica que o estado se encontrava. Entretanto, isso veio como forma de impedir que com a tomada de consciência dos posseiros/seringueiros de seus direitos sobre a terra, fossem criados empecilhos ao “projeto” capitalista na fronteira acreana. Daí, então, promover a colonização, em especial, nas áreas de conflitos.

Outro ponto que visou esta ação oficial (no conjunto de políticas estaduais e federais) foi acelerar o processo de “mercantilização” da terra. Com isto, redimensionou-se seu significado aos novos momentos de territorialização do capital e do trabalho no espaço acreano. Esses processos se deram com ações distintas conforme a maneira em que foi efetuada a transferência da terra. Aí, identificamos as seguintes ações: a) - com relação aos grandes investimentos, tiveram-se os incentivos fiscais e creditícios; b) - com relação à colonização privada, tiveram-se os preços da terra como atrativos e a ação colonizadora (especuladores imobiliários) facilitada; e, c) - com relação à colonização oficial, teve-se a facilitação do acesso a terra e a sua propriedade.

A migração de trabalhadores na realidade conflituosa da recriação camponesa

É neste contexto de negociações fundiárias e ação colonizadora que se deu maior representatividade aos processos migratórios recentes.

Assim, com base nas reflexões desenvolvidas sobre o processo de colonização e migração, entendemos que na configuração socioespacial agrária acreana, a mobilidade significou: em primeiro lugar, **a reafirmação do latifúndio**, com o avanço de grupos de investidores capitalistas oriundos de outras regiões. Em segundo lugar, **a acomodação da unidade de produção camponesa**, tanto nos PADs (Projetos de Assentamentos Dirigidos) voltados para ex-seringueiros e trabalhadores migrantes, como também nas áreas de loteamentos privados, voltados para ex-proprietários familiares do Centro-Sul.

Apesar da proximidade dos grupos de trabalhadores migrantes com os trabalhadores locais, aí também residiram situações de conflitos. Isto se explica, pois mesmo se caracterizando como camponeses esses grupos sociais são diversos no tempo e no espaço. Por consequência se apresentam de formas diferenciadas no processo de formação da frente pioneira agropecuária. Os trabalhadores migrantes, não são agentes de uma frente de expansão como ocorre na Amazônia Oriental, mas sim de uma frente pioneira atual. Trazem do Centro-Sul concepção de produção de “excedentes”, direcionados ao mercado, buscam a propriedade da terra e lutam para ter (criar) condições de nela permanecer. Não são capitalistas, mas são agentes da frente pioneira agropecuária, ou seja, da rearticulação capitalista no espaço amazônico recente.

Com relação aos trabalhadores locais (posseiros/seringueiros), estes detinham a posse da terra, lutavam para manter um modo de vida, uma identidade de trabalhador amazônico. Viviam numa economia de excedente, porém mais direcionada ao autoconsumo do que ao mercado. Apresentaram-se nesta nova fase da fronteira econômica amazônica-acreana, como membro de uma frente pioneira extrativista remanescente, decadente e perpetuada aos anos 70 do século XX. Portanto, eram agentes produtivos de um momento “histórico ultrapassado” e, por consequência “inadequados”, ao que se buscava por produtivo na frente pioneira agropecuária.

Por final, neste processo de reacomodação da produção familiar, está claro que ainda há dimensões fortes de conflitos entre estes grupos de camponeses. É aí que estes grupos se encontram, se defrontam e são coagidos a promover uma aceleração na mercantilização da terra. Porém, é neste processo que nasce também a resistência camponesa contra a expropriação que os ameaçam. Nisto, centro-sulistas e acreanos, ao se verem vítimas de um mesmo processo – de um mesmo inimigo que os expropria –, começam a perceberem suas proximidades sociais e sentir a necessidade de se unirem, na manutenção de seu espaço e território vivencial. Parece-nos que a participação conjunta destes nos sindicatos e associações de produtores rurais, são exemplos claros disto.

Em tempos de conflito, reestruturação fundiária e resistência: Uma resposta à expropriação

Em face dos conflitos surgidos, no final da década de 1970 algumas medidas começaram a serem tomadas para conter a onda de violência no campo. Surgem os PADs, que como parte da política nacional de colonização, tentaria amenizar as situações críticas de conflitos na Amazônia-acreana. Então, desapropriam áreas com fortes tensões sociais e transformam os estabelecimentos dos posseiros locais em lotes demarcados (80 a 100 ha, conforme o módulo rural para a região e, em formatos retangulares) e com a propriedade do posseiro/seringueiro reconhecida. Ao mesmo tempo para estes projetos de colonização eram trazidos e reassentados trabalhadores expropriados do Centro-Sul (Silva, 1999).

De modo geral, os PADs vieram com a finalidade de ao mesmo tempo resolver os problemas internos locais e servir de escape para as situações de trabalhadores migrantes aliados da terra noutras regiões. Em ambas situações se tentavam impedir o avanço na luta pela terra e pela reforma agrária.

Entretanto, a solução dos conflitos locais com os PADs foi apenas um paliativo. “As colocações”, mais que uma dimensão superficial de terra, representava “um modo de vida seringueiro”, enclavado na floresta e em valores aí desenvolvidos: a quantidade de árvores (seringueiras) dava o seu tamanho e seu formato; o extrativismo o ritmo da auto-exploração; e, da relação com este ambiente criava-se o imaginário social que dava uma significância humana/ecológica distinta ao estabelecimento. A racionalidade de lotes retangulares nos PADs, quebrava a estrutura produtiva das colocações e, por conseguinte do “modo de vida” do trabalhador seringueiro em seu estabelecimento. Daí surge à luta e resistência pela “condição de seringueiro”, da qual provêm vitórias como conquista das primeiras “reservas

extrativistas” (RESEXs). Estas podem ser compreendidas como uma alternativa de reforma agrária mais autêntica para estes agentes sociais, autóctones e, também de respeito ao seu modo de vida e ao ambiente amazônico em geral.

Todavia, como é notório, no Brasil, a colonização sempre caminhou contra a reforma agrária. Nisto sempre trouxe em sua dimensão política, ao lado da possibilidade de acesso a terra a trabalhadores dela já excluídos, o germe da futura expropriação destes sujeitos sociais. No Acre esta situação se repete. A falta de infra-estrutura nos projetos de assentamentos como, as estradas precárias, falta de assistência na saúde, falta de escolas, falta de financiamentos e de assistência técnica, o baixo preço dos produtos, inadequação dos produtos ao mercado local etc., têm demonstrado a inexistência de uma política agrária verdadeiramente condizente com a necessidade de manter o produtor familiar na terra.

Nisto temos então desenhado a situação da problemática em que ressurgem a questão do aumento do número de propriedades familiares camponesas no Acre. Este aumento se dá nos projetos de assentamentos, nos loteamentos particulares e também, no reconhecimento das unidades de produção familiar nas áreas de reservas extrativistas.

Por fim, podemos dizer que nas áreas de projetos de assentamentos, o abandono com que foram entregues os assentados e diante do individualismo que predominavam em meio desses, a expropriação ressurgem com muita força. Grandes números de famílias trabalhadores saem da terra. Porém, há também muitos grupos de trabalhadores que passam a buscar na sua organização interna, condições para se manter na terra. É aí que começam surgir as primeiras organizações coletivas destes trabalhadores com vista a viabilizar sua produção e sua permanência na terra.

O conflito e a resistência no contexto da fronteira agropecuária

A situação conflituosa que referimos derivava, pois a posse, a “colocação”, representava para os seringueiros, mais que a terra em si (no sentido de sua apropriação privada). É espaço de um “modo de vida” específico de trabalhadores amazônicos – identificado com o ambiente (ecológico e social) em que viviam. Por outro lado, o agente da frente pioneira agropecuária busca o controle da propriedade da terra, mas não entende este significado na luta dos trabalhadores locais. Certamente, aí está a razão dos conflitos se darem em diversas instâncias (fazendeiros & posseiros, trabalhadores migrantes & trabalhadores locais). É neste contexto que emerge as situações relativas aos movimentos sociais de resistência e da própria reestruturação fundiária.

A resistência dos trabalhadores se faz notar no forte sindicalismo que nasce na Microrregião Geográfica de Brasília (sudeste do estado). Este sindicalismo traz em seu princípio uma prática que busca a defesa integral dos trabalhadores locais. Na origem dos Sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) no Acre, está a ação da Pastoral Católica e da CONTAG, no início da década de 1970. É importante ressaltar que tais características, no princípio, afastaram os trabalhadores migrantes dos sindicatos, sendo sua participação mais efetiva somente em meados da década de 1990 (Quadro 01).

Quadro 01 – Associados do STR/Brasília de 1975 – 1998.

Ano	Trabalhadores acreanos	Trabalhadores migrantes	Total
1975	900	-	900
1980	-	-	-
1990	3.950	50	4.000
1995	4.750	250	5.000
1998	4.900	1.100	6.000

Fonte: STR/Brasília - números estimados com bases em documentos e informações fornecidas pelo atual Presidente, “Chicão”.

Eram nas comunidades, nas associações e nos STRs que estes trabalhadores discutiam, e ainda discutem, suas angústias e esperanças. Aí, também traçam entre si, o desafio de encontrar formas de produzir em meio as suas diversidades socioculturais e socioespaciais no campo e na floresta. Nisto o sindicalismo rural redimensiona suas ações e busca ultrapassar sua tradicional postura defensiva (no confronto de classe), com medidas concretas na área de saúde, educação, transporte etc., para seus associados (na assistência aos associados).

Na ação da pastoral da Igreja Católica temos de considerar que a Igreja da antiga Prelazia do Acre-Purus (atual Diocese de Rio Branco), reproduziu-se na fronteira acreana, numa ação em que fé e realidade caminhavam juntas. Neste trabalho as CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) foram a célula *mater* desta ação de pastoral e dos movimentos e organizações populares. O princípio norteador foi de que a “terra é de quem trabalha”. O conflito era sentido, vivido, anunciado e denunciado na pastoral pelos agentes católicos, numa ação que visava uma evangelização libertadora com ações concretas na resistência.

Ao final da década de 1990, esta configuração já era outra. As CEBs já não representavam a força anterior. A Teologia da Libertação perde espaço gradualmente na pastoral. Os movimentos sociais já ganharam autonomia. Os sindicatos tentam a se articular em níveis de ações mais concretas. A Igreja da Diocese de Rio Branco se rearticula, buscando novas posturas no desafio de redefinições de sua ação de pastoral.

Impacto no espaço fundiário

Na questão da reestruturação fundiária, três processos surgem e são marcas fundamentais:

a) – A reconcentração fundiária. Isso viria contrariar a tendência da aparente desconcentração da terra apresentada em dados estatísticos do INCRA e IBGE. Demonstra uma forma de reconcentrar as terras, onde parcelas menores, lotes do trabalhador camponês passam para as “mãos de poucos proprietários”, mesmo em áreas de colonização (oficial ou particulares). Este processo é uma expressão do grau de expropriação aí gerado.

b) – A rotatividade de proprietários. Refere-se às constantes mudanças de proprietários em áreas de colonização. Reflete a expropriação que paira sobre o produtor familiar camponês, mesmo após terem acessado a terra. Esta rotatividade se dá, ora pela expropriação em que situações diversas os impossibilitam de produzir, ora por terem atingido o limite máximo da exploração de sua propriedade (na época, o desmatamento era permitido até 50%, da propriedade, pelas leis ambientais). Assim, como a “reconcentração”, este processo, no geral, se dispersa a medida que se afasta das vias de circulação com melhor trafegabilidade.

c) – A reconcentração do uso da terra – a expansão da pecuária. Isto tem se dado, em especial, no uso do solo tanto em áreas de assentamentos oficiais, como em loteamentos particulares e fazendas, na formação de pastagens e na criação de gado bovino. É aí que se caracteriza o processo de expansão da pecuária extensiva em solos acreanos, quando é tomado pela expansão da fronteira econômica recente. Ressaltamos que isto jamais significou uma “modernização da agricultura no Acre”, como tem caracterizado alguns estudiosos do campo amazônico (por exemplo: Nunes, 1991).

Essa expansão da pecuária teve significados diversos. Quando a considera referente ao produtor familiar, funciona como uma “poupança”, uma “reserva econômica” para as horas de extremas necessidades. Por outro lado, referindo a fazendeiro/pecuarista, a pecuária significa um investimento que, de qualquer forma, trará retorno lucrativo imediato e significativo.

As formas de organizações coletivas: outra perspectiva para o produtor camponês

Tendo a constatação de que acesso a terra nos PADs e nas da RESEXs, por si só não representava segurança de permanência nela, grupos destes trabalhadores se conscientizam da necessidade de ações mais concretas. Então, a luta de resistência leva ao início da construção de um “projeto de vida” para continuarem a serem trabalhadores familiares autônomo, mas agora unidos em sindicatos e associações e, buscando se integrar ao mercado, como forma de não ser expropriado.

Neste contexto de resistência e busca de caminhos para inserir produtivamente no mercado, foi que nas últimas duas décadas começaram a surgir em todo o estado do Acre e áreas circunvizinhas limítrofes ao sul do Amazonas e oeste de Rondônia (espaço regional que forma, no conjunto, o que denominamos de Amazônia-acreana), associações e cooperativas rurais de produção. Com essas, visavam fortalecer a permanência destes trabalhadores na terra, naquilo que denominam de a “luta na terra” e não mais “a luta pela terra”.

A unidade de produção familiar camponesa fortalecida pelas organizações coletivas de produção e comercialização (associações e cooperativas de produtores rurais), aí encontraria respaldo para colocar seus produtos no mercado. Isto viria a medida que entendia a necessidade eco-ambiental da região, as possibilidades e os ditames do mercado para os produtos típicos e silvestres regionais, produzidos em unidades de produção familiar. Estes trabalhadores, organizados e assessorados por algumas ONGs (em que se destaca o trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT), passam a almejar mais que uma simples inserção no mercado, mas a inserção com tipos de produtos especificamente regionais, naturais voltados para uma fatia do mercado que exige cada vez mais um padrão ecológico de produção. No campo isto se reverte no desenvolvimento de uma “agricultura sustentável” baseada de preferência em Sistemas Agroflorestais (SAFs) com produtos regionais.

É neste conjunto de propósitos desses camponeses que, então, sobressaem experiências como das centrais de associações produtores rurais: CAPEB (Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasília), Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado) de Nova Califórnia, Rondônia, CAEAP (Central de Associações Pequenos Produtores Extrativistas e Agricultores Ribeirinhos do Rio Purus) Boca do Acre-AM., Bom Jesus do Abunã de Plácido de Castro; e as cooperativas: CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri), COOPERIACO (Cooperativa de Pequenos Produtores do Rio Iaco) Sena Madureira, CASAVAJ (Cooperativa das Associações de Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá) Cruzeiro do Sul. Todas estas organizações coletivas já se consumam como iniciativas que demonstram grandes avanços nas conquistas para seus associados/cooperados e, que tiveram suas origens num forte trabalho de base em comunidades, não sendo produtos de políticas assistencialistas governamental ou de qualquer órgão público.

Acreditamos que esta realidade aponta para novas perspectivas de desenvolvimento no campo nesta parte da Amazônia. Nisto a revalorização de produtos regionais e da produção familiar poderão contribuir para uma nova inserção da região no âmbito do mercado nacional e internacional, a partir da viabilização da produção da agricultura, do extrativismo e da agrossilvicultura.

Considerações finais

Em suma neste processo de reestruturação agrária a fronteira acreana revela suas faces contraditórias aos agentes que produzem o campo: primeiro, porque as dificuldades são generalizadas, mas o sucesso é para poucos. Em segundo lugar, a expropriação é constante para os produtores familiares, porém não é generalizante. A resistência camponesa brota do temor às incertezas das periferias das cidades, mas também da busca de revalorizar sua autonomia, seu “modo de vida”, seu espaço produtivo, suas formas de produzir, suas diversidades de identidades etc.

Toda esta situação traz em si inter-relações contraditórias, que reciprocamente estão contidas em suas essências geográficas, no espaço de um campesinato amazônico. Isto, pois esse campesinato está em processo de reterritorialização nos projetos de assentamentos (agrícolas e extrativista) nas reservas extrativistas. É neste processo da dialética da “fronteira amazônica-acreana” que carecemos de repensar tais dimensões espaciais e territoriais. Dimensões estas, não como espaço de uma fronteira “acabada ou fechada”, mas como espaço fronteiriço, com potencial para se reproduzir em novas dinâmicas ainda no século XXI. Estas dinâmicas já se dão no processo de sua integração total a conjuntura da produtiva capitalista no país (ainda que seja também por vias não-capitalista de produção como, por exemplo, pela recriação do campesinato).

Referências bibliográficas

ACRE, Governo do Estado. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre: Indicativos para a gestão territorial do Acre – documento final. Rio Branco: SECTMA, 2.000. v.3.

BOFF, Leonardo. Igreja, carisma e poder. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1981. 249p.

BECKER, Bertha K. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira. In: Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. S.l.:s.n. 1985. p. 90-106

CALAÇA, Manoel. Características da pequena produção no estado do Acre. Rio claro, 1983, 253p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – I.G.C.E./UNESP.

_____. Geoestratégia do Capital: novas formas de subordinação do trabalho ao capital na Amazônia sul ocidental brasileira. In: Caderno Prudentino de Geografia, P. Prudente, AGB, jul/99. n.º 21. 71-84p.

CATECISMO DA TERRA. In: Boletim Nós Irmãos. Rio Branco: Prelazia do Acre-Purus, n.12, dez./1977.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Maria Rússovich, 1ª edição original em russo, 1925).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT/AC. Reserva extrativista. Rio Branco: CPT/AC. Caderno 3, 1991. 6p.

_____. Projeto RECA. Rio Branco, CPT/AC., Arquivo. S.d. 11p. (mimeo).

MARTINS, José de Souza. Expropriação & violência: A questão política no campo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. 181p.

_____. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

NASCIMENTO, E. Winter. Rumo da terra: Rumo da liberdade (Um estudo dos migrantes rurais do Sul no estado do Acre). Florianópolis, 1985. 145p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais da UFSC.

NUNES, Juraci R. P. Modernização da agricultura – pecuarização e mudanças: o caso do Alto Purus. Rio Branco: Tico-tico, 1991. 107p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991a. 164p.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura fundiária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

SILVA, Silvio Simione da. A fronteira agropecuária acreana. Presidente Prudente, 1999. 375p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.